

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.548.568 - DF (2019/0214506-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA
EMBARGANTE : INBORPLAS ARTEFATOS DE BORRACHA E PLASTICO LTDA
ADVOGADOS : JORGE ELIAS FRAIHA - SP033737
ERIC ISDEBSKY - SP344206
BRUNO BUDIN DE MENEZES - SP358677
SANDRA DA SILVA MOREIRA - DF046737
EMBARGADO : J T S
EMBARGADO : C E P S
EMBARGADO : R A T S
ADVOGADOS : ILKA TEODORO - DF015395
BRUNO DA COSTA LIMA - DF042520

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos à decisão monocrática que deu parcial provimento ao agravo em recurso especial, tão somente para afastar a multa decorrente da oposição dos embargos de declaração (e-STJ fls. 863/866).

Em suas razões (e-STJ fls. 868/871), a embargante alega omissão por falha na fundamentação, sustentando que (e-STJ fl. 870):

[...] não há necessidade de se revolver fatos ou provas, posto que a análise de violação aos dispositivos encartados no Recurso Especial reside, unicamente, na análise das próprias decisões judiciais proferidas em primeira e segunda instância e das petições de requerimento de produção de prova pericial apresentadas pela embargante. Ou seja, discussão exclusivamente de direito, uma vez que trata de debate sobre o direito de produção de prova e não sobre a prova em si.

Ao final, requer o acolhimento dos embargos declaratórios.

Foi apresentada impugnação (e-STJ fls. 876/884).

É o relatório.

Decido.

Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver na decisão obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o art. 1.022 do CPC/2015.

Além do mais, os aclaratórios, em regra, não permitem rejugamento da causa, sendo certo que o efeito modificativo é possível apenas em hipóteses excepcionais, uma vez comprovada a existência dos mencionados vícios no julgado.

Sob esse enfoque, confira-se o seguinte precedente da Corte Especial:

PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 2/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA PARA EXAME DE QUESTÕES DE CONHECIMENTO DE RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. EFEITOS INFRINGENTES. INVIABILIDADE. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS.

1. A atribuição de efeitos infringentes, em sede de embargos de declaração, somente é admitida em casos excepcionais, os quais exigem, necessariamente, a ocorrência de

Superior Tribunal de Justiça

qualquer dos vícios previstos no art. 535 do Código de Processo Civil. Hipótese não configurada.

2. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg nos EAREsp n. 228.316/TO, Relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, CORTE ESPECIAL, julgado em 1º/6/2016, DJe 16/6/2016.)

Consoante se depreende dos autos, os fundamentos da decisão ora embargada foram apresentados de forma clara, destacando-se que, para rever a conclusão do Tribunal de origem – de inexistência de cerceamento de defesa –, seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula n. 7 do STJ.

Nota-se que o Tribunal de origem consignou que a perícia foi aguardada por mais de 8 (oito) anos, não tendo sido realizada. Afirmou, ainda, que o juízo singular facultou às partes a produção de laudo técnico, o que não ocorreu.

Portanto, não há omissão alguma quanto ao cerceamento de defesa.

A embargante busca mera rediscussão das questões relativas à aplicação da Súmula n. 7 do STJ, a qual foi efetivamente esclarecida na decisão embargada (e-STJ fls. 864/866).

O simples fato de a decisão recorrida ser contrária aos interesses da parte não configura nenhum dos vícios previstos nos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015.

Assim, não se constata nenhuma das hipóteses dos embargos.

Em face do exposto, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator